

HS Administradora
de Consórcios
Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios	10
Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades dos grupos	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e aos acionistas da
HS Administradora de Consórcios Ltda.
Dois Irmãos - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HS Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 2 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

HS Administradora de Consórcios Ltda.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante		<u>57.906</u>	<u>40.172</u>	Circulante		<u>10.006</u>	<u>8.698</u>
Disponibilidades		15	50	Outras obrigações		<u>10.006</u>	<u>8.698</u>
Títulos e valores mobiliários	6	54.282	37.570	Sociais e estatutárias		352	352
Outros créditos		<u>3.609</u>	<u>2.552</u>	Fiscais e previdenciárias	9	2.753	2.364
Rendas a receber		237	186	Recursos não procurados	10	2.078	1.945
Diversos	7	3.372	2.366	Comissões a pagar		3.403	2.769
				Outras obrigações	11	1.420	1.268
Realizável a longo prazo		<u>2.875</u>	<u>2.687</u>	Exigível a longo prazo		<u>3.005</u>	<u>2.927</u>
Outros créditos		<u>2.875</u>	<u>2.687</u>	Outras obrigações		3.005	2.927
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	2.770	2.687	Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	2.770	2.687
Diversos	7	105	-	Provisão para contingências	12	235	240
Permanente		<u>630</u>	<u>605</u>	Patrimônio líquido	13	<u>48.400</u>	<u>31.839</u>
Investimentos		2	2	Capital social		18.000	18.000
Imobilizado de uso		<u>614</u>	<u>580</u>	Reserva de lucros		30.400	13.839
Imobilizado de uso		1.200	1.021				
Depreciação acumulada		(586)	(441)				
Intangível		<u>14</u>	<u>23</u>				
Intangível		43	43				
Amortização acumulada		(29)	(20)				
Total do ativo		<u><u>61.411</u></u>	<u><u>43.464</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>61.411</u></u>	<u><u>43.464</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por quota)

	Nota	2017	2017	2016
		2º Semestre		
Receitas da intermediação financeira		<u>1.877</u>	<u>4.067</u>	<u>3.056</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.877	4.067	3.056
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>9.790</u>	<u>20.706</u>	<u>17.747</u>
Receitas de prestação de serviços	14	52.005	96.670	73.640
Despesas de pessoal		(7.543)	(13.882)	(12.473)
Outras despesas administrativas	15	(29.025)	(51.588)	(39.860)
Despesas tributárias		(6.048)	(11.237)	(8.747)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	401	743	5.187
Resultado operacional		<u>11.667</u>	<u>24.773</u>	<u>20.803</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>11.667</u>	<u>24.773</u>	<u>20.803</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(3.798)</u>	<u>(8.212)</u>	<u>(7.003)</u>
Provisão para imposto de renda		(2.715)	(5.948)	(5.089)
Provisão para contribuição social		(1.083)	(2.264)	(1.914)
Resultado líquido do semestre/exercícios		<u><u>7.869</u></u>	<u><u>16.561</u></u>	<u><u>13.800</u></u>
Quantidade de quotas do capital	13	<u>18.000.000</u>	<u>18.000.000</u>	<u>18.000.000</u>
Resultado líquido por quota R\$		<u><u>0,0004</u></u>	<u><u>0,0009</u></u>	<u><u>0,0008</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	18.000	23.718	-	12.721	54.439
Lucro líquido do semestre	-	-	-	13.800	13.800
Constituição reserva legal	-	-	387	(387)	-
Destinação para reserva de lucros	-	26.134	-	(26.134)	-
Destinação do lucro:					
Dividendos propostos	-	(36.400)	-	-	(36.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.000	13.452	387	-	31.839
Mutações do período	-	(10.266)	387	(12.721)	(22.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.000	13.452	387	-	31.839
Lucro líquido do semestre	-	-	-	16.561	16.561
Constituição reserva legal	-	-	828	(828)	-
Destinação para reserva de lucros	-	15.733	-	(15.733)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	18.000	29.185	1.215	-	48.400
Mutações do período	-	15.733	828	-	16.561
Saldos em 30 de junho de 2017	18.000	21.709	822	-	40.531
Lucro líquido do semestre	-	-	-	7.869	7.869
Constituição reserva legal	-	-	393	(393)	-
Destinação para reserva de lucros	-	7.476	-	(7.476)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	18.000	29.185	1.215	-	48.400
Mutações do período	-	7.476	393	-	7.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2017	2017	2016
	2º Semestre		
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do período	7.869	16.561	13.800
Ajustes ao resultado líquido			
Provisão para contingências	33	(5)	162
Depreciação e amortização	94	154	113
Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.798	8.212	7.003
Lucro líquido ajustado	11.794	24.922	21.078
Variações nos ativos e nos passivos	(3.667)	(8.066)	(7.535)
Varição em outros créditos	95	(1.245)	(5.115)
Varição em outras obrigações	(7)	1.002	(1.375)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.755)	(7.823)	(1.045)
Caixa proveniente das atividades operacionais	8.127	16.856	13.543
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(57)	(209)	(402)
Baixas de imobilizado de uso	-	30	22
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(57)	(179)	(380)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	8.070	16.677	13.163
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	46.227	37.620	24.457
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	54.297	54.297	37.620
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	8.070	16.677	13.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante		<u>264.734</u>	<u>211.961</u>
Disponibilidades		387	478
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	264.347	211.483
Outros créditos		<u>441.892</u>	<u>356.143</u>
Direitos a consorciados contemplados		441.886	356.118
Cheques e outros valores a receber		6	25
Compensação		<u>10.579.963</u>	<u>7.680.209</u>
Previsão mensal de recursos a receber		23.380	17.773
Contribuições devidas ao grupo		5.358.172	3.896.624
Valor dos bens ou dos serviços a contemplar		<u>5.198.411</u>	<u>3.765.812</u>
Total do ativo e compensação		<u><u>11.286.589</u></u>	<u><u>8.248.313</u></u>
Passivo			
Circulante		<u>706.626</u>	<u>568.104</u>
Outras obrigações		<u>706.626</u>	<u>568.104</u>
Obrigações com consorciados		331.181	261.744
Valores a repassar		38.286	35.401
Obrigações por contemplações a entregar		234.069	180.410
Obrigações com a administradora		83	5
Recursos a devolver a consorciados		64.978	59.269
Recursos dos grupos		38.029	31.275
Compensação		<u>10.579.963</u>	<u>7.680.209</u>
Recursos mensais a receber de consorciados		23.380	17.773
Obrigações do grupo por contribuições		5.358.172	3.896.624
Bens ou serviços a contemplar		<u>5.198.411</u>	<u>3.765.812</u>
Total do passivo e compensação		<u><u>11.286.589</u></u>	<u><u>8.248.313</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades dos grupos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2017	2017	2016
	2º Semestre		
Disponibilidades no início do semestre	<u>238.229</u>	<u>450.214</u>	<u>170.536</u>
Depósitos bancários	206	684	67
Cheques em cobrança	6	31	15
Aplicações financeiras do grupo	29.960	61.032	33.129
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	208.057	388.467	137.325
(+) Recursos coletados	<u>238.539</u>	<u>448.809</u>	<u>355.339</u>
Contribuições para aquisição de bens	173.002	323.407	252.154
Taxa de administração	37.707	81.776	72.696
Contribuições ao fundo de reserva	2.254	4.301	3.718
Rendimentos de aplicações financeiras	8.025	17.989	20.363
Multas e juros moratórios	672	1.253	1.001
Prêmios de seguros	1.271	2.407	2.052
Custas judiciais	261	394	246
Reembolso de despesas de registro	13.717	13.718	13
Outros	1.630	3.564	3.096
(-) Recursos utilizados	<u>(212.028)</u>	<u>(396.054)</u>	<u>(313.890)</u>
Aquisição de bens	(152.917)	(283.020)	(228.496)
Taxa de administração	(38.007)	(82.456)	(73.160)
Multas e juros moratórios	(335)	(626)	(499)
Prêmios de seguros	(1.049)	(2.185)	(2.050)
Custas judiciais	(411)	(730)	(588)
Devolução a consorciados desligados	(5.000)	(11.130)	(8.000)
Despesas de registros de contrato	(13.642)	(13.642)	(12)
Outros	(667)	(2.265)	(1.085)
Disponibilidades no final do semestre	<u>264.740</u>	<u>502.969</u>	<u>211.985</u>
Depósitos bancários	387	593	478
Cheques em cobrança	6	12	25
Aplicações financeiras do grupo	30.278	60.238	31.072
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	234.069	442.126	180.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A HS Administradora de Consórcios Ltda., (“Administradora”), com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a exploração do ramo de prestação de serviços na formação, na organização e na administração de grupos de consórcios de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 02 de março de 2018.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

(i) Da Administradora

a. *Apuração dos resultados*

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

b. *Títulos e valores mobiliários*

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

- **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários.
 - **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- c. Investimentos**
Estão demonstrados pelo custo de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável.
- d. Ativo permanente**
Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens.
- e. Ativo e passivo circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo**
Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos, até a data do balanço. Não existem valores prefixados que justifiquem o ajustamento a valor presente.
- f. Imposto de renda e contribuição social**
A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.
- g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**
De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:
- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
 - **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Administradora reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.
- As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente, de:
- Processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis e trabalhistas é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da Administradora. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

h. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Administradora incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Administradora revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

(ii) Dos grupos de consórcios

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações das Circulares nºs 3.432 e 3.524 do Banco Central do Brasil. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa, e seus rendimentos líquidos são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, por meio de um rateio diário proporcional à participação de cada grupo no total das receitas, não incidindo sobre estes a taxa de Administração.

b. Direitos dos consorciados contemplados

Demonstram os valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de Administração e do prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

d. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Demonstram as contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços.

e. Valores e bens ou serviços a contemplar

Representam o valor dos bens a ser contemplados e assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

- f. Obrigações com consorciados**
Correspondem aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a títulos de fundo comum, para aquisição de bens, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.
- g. Valores a repassar**
Registram os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelo grupo relativos a taxa de Administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.
- h. Obrigações por contemplações a entregar**
Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos da respectiva remuneração.
- i. Recursos a devolver a consorciados**
Registram o valor dos recursos a ser devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições devidamente atualizado, deduzido de multas, quando aplicável.
- j. Recursos dos grupos**
Correspondem aos recursos dos grupos de consórcios a ser rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formados pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas à contemplação, multa, juros e outros valores retidos.
- k. Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos**
- (i) **Recursos coletados**
Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes.
- O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de Administração, do fundo de reserva e dos prêmios de seguro.
- (ii) **Recursos utilizados**
Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de Administração.

4 Resumo das operações de consórcios

No que se refere aos grupos de consórcios, prestamos as seguintes informações, em unidades:

	2017	2016
Número de grupos administrados	116	96
Número de consorciados ativos	63.723	45.078
Bens entregues a consorciados	14.251	11.109
Número de desistentes e excluídos	51.001	48.824
Número de inadimplentes	2.327	3.265
Bens pendentes de entrega	3.381	2.722
Assembleias a realizar	8.652	7.098
Percentual de inadimplência	6,12	6,27

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez - Grupos de consórcios

Em dezembro de 2017 e 2016, os grupos de consórcios possuem somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

Grupos de consórcios	2017	2016
Fundos de investimento (i) Sem vencimento	<u>264.347</u>	<u>211.483</u>
Total	<u><u>264.347</u></u>	<u><u>211.483</u></u>

- (i) O valor de mercado dos títulos públicos federais foi obtido através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Administradora

As aplicações estão assim demonstradas:

a. Títulos e valores mobiliários

	2017		2016				
	Sem vencimento	A vencer entre 1 e 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado
Administradora							
Títulos para negociação							
Fundos de investimento	3.172	-	-	3.172	3.172	2.778	2.778
Letras de câmbio	-	21.296	12.508	33.804	33.804	19.374	19.374
Certificado de Depósito Bancário (CDB pós-fixado)	-	3.391	13.915	17.306	17.306	15.418	15.418
Total	<u>3.172</u>	<u>24.687</u>	<u>26.423</u>	<u>54.282</u>	<u>54.282</u>	<u>37.570</u>	<u>37.570</u>

- (i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

As aplicações em letras de câmbio são valorizadas pelo rendimento mensal do papel aplicado, e as quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da quota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço.

b. Instrumento financeiro derivativo

Em dezembro de 2017 e 2016, a Administradora e os Grupos não possuíam instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 Outros créditos diversos e provisão com outros créditos - Administradora

A conta “Outros créditos - Diversos” possui a seguinte composição:

	2017	2016
Adiantamentos a corretores	2.316	1.431
Outros adiantamentos	212	169
Devedores e créditos diversos	356	104
Pagamentos a ressarcir	370	460
Adiantamento - Grupos encerrados (i)	222	202
Devedores diversos	1	-
Total	3.477	2.366
Circulante	3.372	2.366
Total realizável a longo prazo	105	-

- (i) Refere-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora para composição de saldos quando do encerramento do grupo e da liquidação das obrigações deste.

8 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes do encerramento contábil dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, e as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta “Obrigações por recursos de consorciados - Grupos encerrados”.

9 Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
PIS e COFINS	871	659
Provisões férias e encargos	719	671
IRPJ e CSLL	392	322
INSS	285	262
ISSQN	185	143
Contribuições sociais e trabalhistas	162	186
FGTS	88	85
Outros tributos	51	36
Total	2.753	2.364

10 Recursos não procurados

Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados cujos consorciados não foram localizados no montante de R\$ 2.078 mil em 2017 (R\$ 1.945 mil em 2016).

11 Outras obrigações diversas - Administradora

A conta obrigações diversas possui a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores	749	667
Provisão para pagamentos a efetuar	328	406
Saldo remanescente de grupos a pagar (i)	221	88
Outras obrigações diversas	122	107
	1.420	1.268
Total	1.420	1.268

- (i) Refere-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

12 Contingências

a. Administradora

A Administradora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para contingência para a data-base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

A Administradora possui os seguintes montantes de ações judiciais com perdas provável e possível, com valores atualizados até 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Provável		Possível	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhista	235	240	96	120
Total	235	240	96	120

Movimentação da provisão para passivos contingentes

	2017	2016
Saldo inicial	240	78
(Reversão) constituição de provisão	(5)	162
Saldo final	235	240

Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados, referentes a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes desses processos são cobertos pelos recursos desses grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda possível envolvendo os cotistas dos grupos de consórcios, em 31 de dezembro de 2017, são no valor de R\$ 2.064 mil (R\$ 2.131 mil em 2016).

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 18.000 mil e está composto por 18.000.000 quotas pertencentes inteiramente a quotistas domiciliados no País, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b. Reserva de lucros

Representa montantes transferidos da conta lucros acumulados, para futura incorporação ao capital social, distribuição de lucros, compensação de prejuízos ou outras destinações, a critério da Administração da Administradora.

Ao término de cada exercício social, o lucro líquido apurado, após as deduções e as amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e (b) o saldo será transferido para a conta “Reserva geral de lucros”, podendo, a critério dos quotistas, ser distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados.

c. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

14 Receita de prestação de serviços

	2º semestre de		
	2017	2017	2016
Rendas taxas de Administração de consórcios	52.005	96.670	73.640
Total	52.005	96.670	73.640

15 Despesas administrativas

A referida conta possui a seguinte composição:

	2º semestre de 2017	2017	2016
Comissões pagas a terceiros	24.630	42.896	32.348
Outras despesas	1.815	3.508	3.218
Despesas de propaganda	983	2.056	1.777
Serviço de terceiros	865	1.681	1.147
Despesas de aluguel	214	437	412
Despesas de transportes	214	401	322
Despesas de processamento de dados	133	246	225
Depreciação e amortização	94	183	130
Despesas de comunicação	65	148	154
Despesas de manutenção	12	32	127
Total	29.025	51.588	39.860

16 Outras receitas operacionais - Administradora

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2º semestre de 2017	2017	2016
Outras receitas operacionais	14	39	238
Multas e juros recebidos	387	704	4.949
Total de outras receitas operacionais	401	743	5.187

17 Transações com partes relacionadas - Administradora

As transações com partes relacionadas classificam-se conforme abaixo:

	Ativo		Passivo		Resultado		
	Outros créditos		Fornecedores		Receitas/(Despesas)		
	2017	2016	2017	2016	2º semestre de 2017	2017	2016
Aplicações em letras de câmbio							
HS Financeira S.A.	13.177	12.516	-	-	570	1.326	1.517
Operações de empréstimos mútuos							
Global Distribuidora de Bens e Consumo	-	-	-	-	-	-	2.819
Herval Indústria de Móveis	-	-	-	-	-	-	1.617
Outros valores							
HS Financeira S.A.	-	-	-	1	-	-	-
Global Distribuidora de Bens e Consumo	-	-	122	107	-	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 59 mil, R\$ 30 mil para o período do segundo semestre de 2017 (R\$ 55 mil no semestre findo em 31 de dezembro de 2016). A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

18 Imposto de renda e contribuição social - Administradora

a. Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício

	2017	2017	2016
	2º semestre		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	11.667	24.773	20.803
Adições	378	383	458
Exclusões	-	(4)	-
Base de cálculo	12.045	25.152	21.261
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido			
CSLL apurado 9%	<u>1.083</u>	<u>2.264</u>	<u>1.914</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica			
Deduções por incentivos fiscais	<u>(269)</u>	<u>(316)</u>	<u>(202)</u>
IRPJ apurado 15% + adicional 10%	<u>2.715</u>	<u>5.948</u>	<u>5.089</u>

19 Limite de alavancagem - Administradora

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administradora encontra-se em acordo com o limite de alavancagem estabelecido na Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil.